



EUROPA / Rússia lista demandas para reduzir tensões com a Ucrânia. Moscou quer proibição da entrada de ex-repúblicas soviéticas na Otan, limite à presença militar ocidental no leste do continente e veto a tropas estrangeiras na região

As exigências de Putin

» RODRIGO CRAVEIRO

Sob a acusação de mobilizar cerca de 100 mil soldados na fronteira com a Ucrânia e de preparar uma invasão ao país vizinho, a Rússia rompeu o silêncio e apresentou uma lista de exigências à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e aos Estados Unidos para desarmar a tensão regional. O site do Ministério das Relações Exteriores da Rússia publicou duas propostas de tratado para reduzir, de forma drástica, a presença militar às portas da Ucrânia.

Os documentos — chamados “Tratado entre os Estados Unidos e a Federação da Rússia sobre as garantias de segurança” e “Acordo sobre as medidas para garantir a segurança da Federação da Rússia e dos Estados-membros” da Otan — visam impedir a expansão da aliança transatlântica de defesa em direção ao Leste Europeu e a instalação de bases militares norte-americanas na antiga União Soviética. Os textos, respectivamente, têm quatro e nove páginas, além de oito artigos. Eles pedem a proibição do envio de navios de guerra e de caças e bombardeiros a áreas onde poderiam ser usados para ataques à Rússia.

As exigências do Kremlin foram recebidas com críticas e ceticismo pela comunidade internacional. Segundo a agência de notícias France-Presse, Jen Psaki, porta-voz da Casa Branca, advertiu sobre a impossibilidade de qualquer negociação sobre a segurança europeia sem a participação dos aliados e parceiros dos EUA. Até o fechamento desta edição, a Otan não se pronunciou sobre a posição de Moscou. Na quinta-feira, a organização divulgou comunicado no qual admitia “grave preocupação com o aumento substancial, não provocado e injustificado do contingente russo

Anatolii Stepanov/AFP



Soldado ucraniano caminha pela trincheira na linha de frente, perto do vilarejo de Pesky, na região de Donetsk

nas fronteiras da Ucrânia” e exortava a Rússia a “imediatamente reduzir a escalada e buscar canais diplomáticos”.

Vice-ministro russo das Relações Exteriores, Sergei Ryabkov, defendeu como “essencial colocar no papel as garantias de segurança da Rússia, e que tenham valor de direito”. Ele se disse disposto a começar negociações “sem atrasos e sem interrupções”. “Podemos ir a qualquer lugar e a qualquer hora, mesmo amanhã”, declarou. Para o número dois da chancelaria de Moscou, os documentos apresentados têm o propósito de restabelecer uma cooperação entre Rússia e Ocidente em “ausência total de confiança”

mútua. Ryabkov tachou de “agressiva” a política da Otan “nas fronteiras da Rússia”. Ele afirmou que a oportunidade é para “relançar a relação a partir de uma página em branco”.

Professor de política comparativa da Universidade Nacional de Kiev-Mohyla (Ucrânia), Olexiy Haran afirmou ao **Correio** que a lista de exigências do Kremlin não passa de propaganda. “São demandas irrealistas. Não se trata do potencial de adesão da Ucrânia à Otan. Foi a Rússia que violou todos os documentos que abordam a segurança europeia. Não apenas ao anexar a Península da Crimeia e ao mover suas tropas para a região de Donbass (leste da Ucrânia), mas por

diferentes ações. As tropas russas encontram-se, neste momento, na Geórgia, em Abkhazia e na Moldávia — nesta última ex-repúblicas soviética, havia a promessa de que as forças do Kremlin saíssem em 1999, mas nunca o fizeram”, disse.

De acordo com Haran, quando a Rússia sugere o retorno ao status quo de 1997, isso significa perpetuar a presença militar na região. “Moscou também demanda o não envolvimento da Otan em países do leste e do centro da Europa. Pergunto: por que os Estados bálticos aderiram à Otan, principalmente depois de 2014? As tropas ocidentais mantêm presença simbólica nesses países, pois eles temem um ataque da Rússia”,

explicou. O estudioso ucraniano advertiu que, antes de fazer qualquer tipo de exigência, o presidente russo, Vladimir Putin, deveria remover suas tropas da Crimeia e de Donbass.

Haran acusa Moscou de cometer assassinatos seletivos no Reino Unido e contra personalidades chechas na Alemanha. “A Otan não aceitará as condições do Kremlin. Os países da região central da Europa serão totalmente contrários às demandas, assim como o Ocidente. Para mim, Putin chantageia e blefa. Não há razão para a Rússia iniciar um ataque contra a Ucrânia, a não ser tentar obter concessões do Ocidente”, acrescentou.

Boris Johnson sofre dura derrota eleitoral

O primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, vive um inferno astral nos estertores de 2021. Além de enfrentar uma rebelião dentro do próprio Partido Conservador e de participar de uma festa durante o lockdown, o chefe de governo britânico sofreu um duro revés na eleição parcial ocorrida na circunscrição rural de North Shropshire. Ontem, Johnson afirmou que assume a “responsabilidade” pela derrota na eleição local, o que enfraquece ainda mais sua posição no momento em que o país enfrenta o aumento de casos da covid-19. Ontem, o Reino Unido registrou 94.045 novas infecções, um recorde desde o início da pandemia do coronavírus.

Até recentemente, Johnson tinha uma grande popularidade, mas atualmente é questionado por sua própria bancada no Parlamento após vários escândalos, inflação galopante e o aumento exponencial dos casos de covid-19 pela variante ômicron.

A derrota em North Shropshire foi o mais recente capítulo da crise de liderança do premiê. Sempre controlada pelos conservadores, a circunscrição passou para o Partido Liberal-Democrata, que recebeu 47% dos votos.

Helen Morgan, a candidata vencedora, afirmou que os eleitores enviaram uma mensagem “alta e clara” a Johnson de que “o jogo acabou”. “Seu governo, dirigido pelas mentiras e fanfarrônicas, terá que prestar contas”, disse. O primeiro-ministro reagiu e disse que “com toda humildade” deve “aceitar o veredito”. “Sou responsável por tudo que o governo faz e, com certeza, assumo a responsabilidade pessoal”, disse Johnson. “Entendo perfeitamente por que as pessoas estão frustradas”, acrescentou.

O revés eleitoral sofrido pelo líder conservador, de 57 anos, reflete a irritação popular, de acordo com integrantes do próprio Partido Conservador. “Os eleitores de North Shropshire

se cansaram”, admitiu o presidente do Partido Conservador, Oliver Dowden. “Penso que queremos enviar uma mensagem (...) e entendemos”, acrescentou.

O jornal conservador *The Daily Telegraph* afirma que a derrota do Partido Conservador em uma circunscrição que controlou por quase 200 anos é uma “humilhação” para o primeiro-ministro. Ao mesmo tempo, o jornal de esquerda *The Guardian* destaca que “o calamitoso colapso do apoio aos conservadores (...) assustará muitos deputados conservadores e é provável que provoque perguntas sobre o futuro de Johnson”.

Moção de censura

Embora poucos representantes tenham expressado apoio à medida até agora, a possibilidade de uma moção de censura contra o premiê não é mais um tabu. De fato, alguns nomes começaram a ser mencionados como eventuais sucessores de Boris

Jessica Taylor/AFP



O premiê no Parlamento: “Sou o responsável por tudo que o governo faz”

Johnson, incluindo a ministra das Relações Exteriores, Liz Truss, e o ministro das Finanças, Rishi Sunak. Além do revés eleitoral, o primeiro-ministro foi afetado por uma série de escândalos.

Sua popularidade desabou após a revelação de uma série de festas em Downing Street, sede do governo, durante

o inverno (hemisfério norte) de 2020, quando os britânicos deveriam respeitar as restrições contra a covid-19. Ontem, a mídia britânica afirmou que o oficial encarregado de uma investigação interna sobre as reuniões de Natal, Simon Case, havia participado de outra dentro de seu próprio serviço.

Conexão diplomática



silvioqueiroz.df@gmail.com

Muita gente de olho em Santiago

Tem sido um desses “dogmas sagrados”, na edição do noticiário internacional, a ideia de que processos políticos internos dos países, inclusive os que definem o exercício dos poderes instituídos, tenham interesse, além das fronteiras, na proporção direta de fatores como peso econômico ou populacional. Mas a política e a diplomacia têm parâmetros próprios, por vezes outros.

É o caso de amanhã, no segundo turno da eleição presidencial no Chile. Na imagem física dos mapas, uma tira estreita de território espremida entre os Andes e o litoral do Pacífico. Por essas e por outras, um vizinho capaz de manter comércio mais intenso com a Ásia, por

exemplo, do que com os vizinhos sul-americanos — entre eles, claro, o Brasil.

O resultado das urnas chilenas, porém, tem implicações diretas e imediatas para as opções da diplomacia brasileira no ano crucial de 2022, quando estaremos nós envolvidos na sucessão — ou reeleição — de Jair Bolsonaro, com todas as implicações dessa decisão para o cenário político da América do Sul.

Clássico

A disputa desenhada para o segundo turno no Chile se assemelha, entre outras, à que se insinua nas pesquisas para a eleição presidencial de outubro no Brasil.

Com o perdão da simplificação, com fins (digamos) “didáticos”, trata-se de um confronto entre a esquerda socialista e uma direita com vieses extremados. Dados os descontos para as particularidades nacionais, um quadro por demais semelhante ao delineado para a eleição brasileira.

Costas para onde?

Aqui como ali, a história coloca há cinco séculos a questão de olhar para o mar ou olhar para o continente. No caso do Brasil, prevaleceu até recentemente a opção pelo litoral — atlântico, no caso. Igualmente, o Chile tem visto como prioritárias as trocas no eixo

pacífico, inclusive com a China, mas também com os EUA.

Seja qual for a conclusão, em determinado momento, o que se coloca para a diplomacia regional é o desafio de concertar um balanço mais equilibrado entre o que se celebra e o que se faz concretamente.

Quo vadis?

Da opção a ser tomada, nos limites da diplomacia prática, poderá depender a condução futura das relações bilaterais e multilaterais. Até o momento, prevaleceu o cuidado com manter o Mercosul permeável aos novos

caminhos abertos para o escoamento da produção interna.

O desafio inicial para a reconfiguração do sistema regional diz respeito a uma opção política: manter a opção multilateral ou investir claramente na relação bilateral com os EUA.

Até 2022

Com o intervalo das festas, nos próximos fins de semana, a **Conexão** faz um intervalo para retornar no sábado 8 de janeiro. Aos leitores (em primeiro lugar) e aos interlocutores, meus votos de boas festas e de uma entrada esperançosa em 2022. Até lá!